

ENTRE MEMÓRIAS E COTIDIANO: PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E AS DISPUTAS EM TORNO DO CENTRO HISTÓRICO DE CABEDELLO-PB

Ana Carolina Amorim da Paz

INTRODUÇÃO

A presença de pessoas vivendo e habitando as ruas faz parte da paisagem de muitos centros comerciais das cidades brasileiras. Engana-se quem acredita que tal presença está associada apenas às grandes cidades. Para alguns moradores e trabalhadores do centro do município de Cabedelo, cidade portuária do estado da Paraíba, com um pouco mais de 66 mil habitantes, essa presença faz parte da memória do lugar e dinâmica local. Sua origem se confundiria com o próprio surgimento do mercado público municipal, um importante equipamento urbano na vida social da região e que marca a história do processo de povoamento, urbanização e desenvolvimento da cidade ao longo dos séculos. Como bem sabemos, o surgimento dos centros

urbanos, na história ocidental, está associado a necessidade de encontros para trocas de mercadorias, informações e serviços, portanto, atrelada à noção de mercado, comércio e economia.

E atravessada por tais signos que Cabedelo se funda, tendo como mito de origem a chegada de portugueses à região, que assim a batizaram devido à sua topografia: um pequeno cabo que se forma na foz de um rio. Remonta, portanto, ao período colonial, quando o território brasileiro passou a ser subjugado a uma dinâmica global de expansão mercantil marítima e uma política econômica portuguesa. Devido às suas condições geográficas e ambientais, antes mesmo da chegada dos europeus, esse território já era palco de encontros, trocas e conflitos entre os povos indígenas da região (Pimentel, 2015), sendo caracterizado como “praça de negócios” e espaço de disputas (Monié; Vasconcelos, 2012, p. 15). Com a chegada dos povos além-mar, dá-se início ao processo constituintes das cidades coloniais, marcadas pela invasão, despossessão, usurpação e exploração dos seus recursos naturais, acompanhado da escravização, expulsão e genocídio das populações originárias locais (Ibáñez, 2016).

Assim, Cabedelo se ergue como povoado, porto natural e ponto de entrepostos para salvaguardar o domínio português na região a partir da construção do Forte do Cabedelo, por volta de 1586¹. Com a ampliação das atividades econômicas rio acima e crescimento populacional da região, tal aglomerado passa a se concentrar na região onde hoje se localiza o Porto de Cabedelo (Rocha; Guimarães, 2015). Lá, foi se desenvolvendo as atividades portuárias, uma série de dispositivos para atender à sua demanda, ao seu comércio e à vida sociocultural local, erguendo-se os principais equipamentos sociais, econômicos e sedes de poder – religioso, econômico, administrativos e político. Trata-se da parte mais antiga da cidade, ponto de dispersão e convergência do seu desenvolvimento urbano, seu centro, marcada pela presença de: praças com seus monumentos históricos; antigas edificações, como casarões residenciais e galpões comerciais; antigo Mercado do Peixe; igrejas; caixa d’água comunitária; estação ferroviária; entre outros.

1 A bibliografia consultada apresenta diferentes datas para a fundação do Forte: 1585 (Pimentel, 2015); 1586 (Barretto, 1958); 1589 (Carvalho, 2008).

No perímetro formado por tais equipamentos urbanos, comerciais, de prestação de serviço e administração pública do centro, está em seu núcleo o mercado público municipal – junto ao antigo Mercado de Peixe –, considerado “o centro” de tudo, “onde todo mundo vai” e “onde todo mundo negocia” (César, 13/11/2015)². O mercado, e sua região circunvizinha, constitui não só o núcleo das relações comerciais, mas ponto central e de referência para as mais variadas atividades e formas de sociabilidades da cidade, antes e atualmente. Por isso, este aparece como lugar de apoio da memória (Pollak, 1992) de muitos de seus moradores e trabalhadores da região. E é nessa região onde se encontra grande parte das pessoas que vivem em situação de rua no município, aquelas que utilizariam espaços públicos de forma intensa e/ou integral, fazendo destes seu local de sustento e/ou moradia, mesmo que situacionalmente, pernoitando nestas ou em albergues e instituições (Brasil, 2009).

A partir do recolhimento de memórias individuais e coletivas de interlocutores de pesquisas etnográficas realizadas no centro de Cabedelo entre os anos de 2014 e 2024³, constata-se a importância desse equipamento urbano e o movimento engendrado a partir de suas atividades, não só na vida econômica, mas também social de seus cidadãos. Por isso mesmo, ocupando um lugar também central relacionado à presença de pessoas vivendo e habitando as ruas da região. Esses relatos trazem a memória de um passado em que a região aparece como ponto de intersecção entre diferentes atividades, práticas, pessoas e interesses, como um lugar atrativo, de encontro e convivência, onde acontecem diversas modalidades de trocas que vão além das transações comerciais, forjando-se em um espaço

2 Entrevista realizada com um comerciante local, em 13 de novembro de 2015, durante trabalho de campo etnográfico de pesquisa de mestrado. Maiores informações sobre a pesquisa em questão, ver Paz (2016).

3 Pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB), intitulada *Entre “papudinhos” e “noiados”: uma etnografia sobre o cotidiano e sociabilidades em um espaço de consumo de substâncias psicoativas na região central de Cabedelo/PB*, e pesquisa de doutorado no programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia (PPGA/UFBA), em conclusão, intitulada *“Fazer a vida” nas ruas do centro: sofrimento e a busca por melhores condições de vida no habitar a cidade*. Ambas financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

de afirmação e reafirmação dos laços sociais, de referência, pertencimento e identidade coletiva da cidade.

E mais. Essa região sintetizaria o patrimônio cultural de Cabedelo. A noção de patrimônio pode ser lida como um conjunto de bens – materiais e imateriais – de um povo, considerados de interesse coletivo, suficientemente relevantes para sua perpetuação no tempo (Rodrigues, 2017) e incorporados por seus indivíduos e comunidades (Tavares; Bassi; Caroso, 2020). Sua localização na geografia da cidade e relação desta com as águas (fluvial e marítima), expressada na associação entre atividades econômicas – portuária, pesca, catação de marisco, extração de coco e artesanato com esses recursos naturais – e comércio local, condessadas no mito de origem – encontros, trocas e disputas –, perpetua-se ao longo de sua história de desenvolvimento e são acionadas como identidade local. Nesse sentido, o patrimônio “vivido”, como manifestação e testemunho dessa história, emerge como aquilo que faz recordar o passado, evocando-o, fazendo lembrar acontecimentos importantes e construir uma memória coletiva e social⁴, e enquanto identidade coletiva.

Por outro lado, a legitimação do que é patrimônio ou não para determinado povo é permeada de disputas de narrativas, própria das diferenças e dissensões da sociedade contemporânea, “[...] com seus múltiplos segmentos, categorias, estratos e heterogeneidade de suas diversas tradições culturais”, incluindo, mais do que nunca, a questão imobiliária (Velho, 2006, p. 240), os discursos sobre criminalidade e violência (Rocha; Eckert, 2006) e o poder do Estado, quando se trata de espaços geográficos valorizados da cidade. Assim, patrimônio, memória coletiva e espaço urbanos centrais emergem como campos de conflitos e disputas. Essas memórias fazem emergir a dimensão do viver a cidade como experiências sociais e sensíveis, atrelando a condição de vida urbana à noção de uma consciência de si em um espaço de desigualdades. Este capítulo versa, portanto, sobre memórias acerca da região, da presença de pessoas habitando suas ruas e o cotidiano de disputas pelos seus espaços públicos.

4 Há, na literatura, uma diferenciação entre memória coletiva e social. A primeira referindo-se a um passado vivido e lembrado, a segunda, perpetuado por meios e suportes de registro, como a escrita. Tal diferenciação não é unânime entre teóricos do tema (Gondar, 2008).

A noção de memória é abordada aqui como um fenômeno individual, íntimo ou próprio, mas também coletivo e social. Ou seja, apesar de erigida mais a partir das percepções particulares da realidade do que da “factualidade positivista subjacente a tais percepções” (Pollak, 1992, p. 201), é lapidada em diálogo com o coletivo. Nessas narrativas de memória sobre o lugar e fenômenos sociais, confunde-se histórias de vida e cotidiano local, muitas das vezes com informações fragmentadas e aparentemente contraditórias ao serem examinadas junto aos relatos de outras pessoas, fatos concretos amplamente divulgados e informações oficiais – legitimadas e pactuadas no social e/ou registradas em órgãos oficiais –, ou mesmo na própria narrativa individual em função do movimento da fala – quando se expõe, para quem, em que circunstâncias etc.

Isso ocorre porque a memória passa por um processo de negociação, estruturação e atualização contínua, estando submetida à seletividade daquilo que se memoriza e flutuações recordação/esquecimento; de forma consciente ou inconsciente; a partir de processos cognitivos e afetivos; produzida por lacunas, recalques, condensações, projeções e transferências; submetida a transformações e modificações constantes (Pollak, 1989, 1992). No entanto, podemos extrair, dos diversos relatos de memórias, elementos comuns e estáveis, que passaram por um processo de solidificação, tornando-se irreduzíveis ou inquestionáveis, assumindo-se feição de verdade numa realidade partilhada, que passa a fazer parte da história de vida pessoal e do lugar. Memórias de acontecimentos e pessoas associadas ao mercado público é um desses elementos comuns que aparecem nas mais variadas narrativas de trajetórias de vida de boa parte dos cabedelenses. Vejamos:

[O mercado] continua para o pessoal da minha geração, ainda, como um ponto de encontro como era no passado, né? A gente se encontrava aqui, o ponto de encontro era esse. Ou era a igreja ou o mercado, e o mercado continua sendo (Adeildo, 12/11/2015).

Esse antigo morador da cidade, entre outros, contara que, assim como ele, várias pessoas de diferentes bairros e de outras cidades iam ao centro com

intuito de encontrar as pessoas e se divertir, principalmente aos sábados, no chamado “dia de feira”. Nesse dia, o movimento habitual se intensificava, havendo a ampliação das atividades comerciais, atraindo feirantes de outras regiões e trabalhadores informais, o que diversifica a oferta de produtos e serviços, incluindo entretenimento e lazer, atraindo mais consumidores e transeuntes à região. Tal fenômeno ainda é possível de observar. Nas ruas em volta do mercado, observa-se o ritmo intenso de pessoas circulando, fluxo maior de carros à procura de uma vaga para estacionar, pessoas atuando como flanelinha, barracas de alimentos, brechó e outras montadas nas calçadas etc. Mais barulho, texturas, cores e cheiros. Esse movimento engendrado pelas atividades do centro, especialmente nos dias de feira, também fora apontado como elemento de origem da presença de pessoas vivendo e habitando as ruas da região.

Relata-se que os trabalhadores advindos de outras cidades e bairros mais distantes precisavam permanecer no local por alguns dias, pernoitando nas ruas da região enquanto desenvolviam a comercialização de seus produtos e ofertas de seus serviços. Paralelamente, como apontado anteriormente, esses dias de feira eram também concebidos como momentos de encontros e lazer de fim de semana, muitas das vezes regadas ao consumo da bebida alcóolica, agregando não só os trabalhadores, como moradores locais e pessoas de outras localidades. O mercado e seu entorno foram paulatinamente tornando-se ponto de encontro e referência para tal tipo de sociabilidade, que por sua vez fez suscitar o surgimento de outros serviços para atender à demanda de seus frequentadores, como barracas de comercialização de bebidas, comidas prontas, apresentações musicais, comercialização de outras substâncias psicoativas etc. Mais uma vez, aqueles que não se encontravam em condições para seu retorno, seja financeira ou pelo estado de embriaguez, permaneciam nessas sociabilidades com pernoite no local.

[...] Os feirantes vinham fazer a feira e se acumulava aqui, bebia por aqui, e aí foi. Isso foi atraindo outro tipo de pessoa, pessoas que vem de fora, que vem de outra cidade, aí chega[va] aqui e como você vê, você passou ali e viu uma porção de pessoas, de rapazes ali, né? De morador de rua ali, num viu uns moradores de rua? Pronto, era o tipo de pessoas que se aglomeravam aqui (César, 13/11/2015).

Plácido, que se nomeara morador de rua do centro, relatara que no passado atuava como pescador, residindo em uma vila de pescadores em bairro distante. Para complementar sua renda, passou a trabalhar em serviços junto ao mercado público, especialmente como carregador em dias de feira. Gradativamente, foi intensificando sua permanência no centro. Contudo, o traslado centro-bairro era visto com incômodo e dificuldade, passando a pernoitar no local, até que passou a habitar integralmente a região.

Eu já vivia por aqui. Aqui é onde está meu negócio. Onde trabalho, tiro dinheiro e consigo viver a vida com a cachaça. Onde ficam minhas coisas. Aqui todo mundo me conhece. Estava ficando complicado ficar saindo para o Jacaré [bairro] todo dia (Plácido, 26/03/2019).

Donato⁵ contara que, ainda adolescente e residindo no município de Santa Rita-PB, ia trabalhar na venda de picolé na praia, pernoitando, ele e outros trabalhadores sazonais, embaixo da caixa d'água comunitária. No seu caso, durante todo veraneio, e só anos depois, passara a compartilhar do consumo de bebida e gradativamente a viver integralmente nas ruas da região. Assim, essa localidade tornara-se também referência para o pernoite de trabalhadores que atuavam em outras partes da cidade – na época, inclusive, por crianças e adolescentes. Ao narrar sua história de vida, observou-se que Donato e outros não se ancoravam numa lógica linear dos anos, num tempo cronológico, apontando sua idade, ano do ocorrido e/ou quantidade de anos decorridos.

Suas narrativas se apresentavam fragmentadas e confusas, mas guiadas por recordações da paisagem local e acontecimentos que marcaram a memória coletiva do lugar, como batidas de trens, descarrilhamento, calçamento de ruas, alterações da paisagem, reformas no local etc. Assim, Donato descreveu o ambiente, associando pessoas e apontando transformações no espaço. Esses marcos auxiliavam a construir uma narrativa sobre sua própria história de vida e identidade, e, ao mesmo tempo, a história do lugar, das práticas e das pessoas que configuram o espaço e a dinâmica local. Em suas memórias, a presença de pessoas habitando as ruas do centro reporta

5 Entrevista realizada em 14 de outubro de 2014.

a um período que não havia calçamento nas ruas, as casas eram cobertas com palha, o trem era apenas de carga, sua linha atravessava onde hoje consta a Praça Venâncio Neiva, as barracas da feira ficavam amontoadas no terreno aberto e a região era cercada de coqueiros.

Portanto, história de vida pessoal e do lugar aparecem atrelados, conjugando o que seria a sua imagem de si e seu habitar, o seu modo de ser/estar no mundo. Ou melhor, ao evocar tais memórias que trazem à tona o modo como tais acontecimentos, pessoas e lugares incidiram/influenciaram na constituição de si, em seu movimento de tornar-se junto às coisas do mundo e outras trajetórias de vida, e, ao mesmo tempo, como suas práticas e interesses foram moldando e construindo o lugar (Heidegger, 1989; Ingold, 2015). A memória, aqui, aparece como elemento constituinte do sentimento de identidade individual e coletiva, trazendo sentido de coerência e continuidade sobre si mesmo, sobre o grupo a que pertence e sobre o lugar de existência frente ao outro, sua diferença e as fronteiras erguidas (Augé, 2012; Barth, 2000; Rodrigues, 2017; Pollak, 1992).

Apesar das diferentes experiências, observa-se o mercado público e a dinâmica em seu entorno como importantes elementos que atravessam a história local e de suas vidas, pontos de cruzamentos dessas trajetórias e de intersecção das interações. Um lugar de sentido em seus itinerários, caminhos ou linhas de vida (Augé, 2012; Ingold, 2015). Um lugar próprio (Certeau, 1998), identitário, relacional e histórico para aqueles que o habita (Augé, 2012). Ao mesmo tempo, uma “região moral” (Park, 1979), investida de significados sociais. Observa-se que, mesmo apresentando inconsistência entre aspectos circundantes entre as múltiplas narrativas, há em comum o reconhecimento das atividades de trabalho, especialmente junto ao mercado público; por pessoas pobres – de baixo poder aquisitivo e instrução formal, sendo a maioria de homens pardos e pretos; e associadas à necessidade de pernoite local; e ao consumo de bebida alcoólica, como elementos de origem da presença de pessoas habitando as ruas da região.

Daí a noção de que tal fenômeno surgiria concomitantemente às atividades comerciais e ao próprio nascimento do mercado. Por outro lado, a associação entre pessoas vivendo nas ruas/fonte de renda/consumo de substâncias psicoativas/mercado fora compartilhada entre as pessoas ao longo dos anos, permeando a memória individual e coletiva acerca das pessoas

e do lugar. Mesmo com o passar dos anos e as modificações da paisagem local, tais presenças – pessoas, atividades e práticas – em torno do mercado se mantiveram na região associadas a tais aspectos, sendo acionadas como critérios de aceitabilidade e/ou rechaço nas diferentes narrativas de disputas pela legitimação nos usos do referido espaço.

AS TRANSFORMAÇÕES E DISPUTAS NA PAISAGEM CENTRAL

Na primeira década dos anos 2000, deu-se início às obras de requalificação e ampliação do mercado público, que consistiram inicialmente na relocação dos comerciantes que antes ocupavam o terreno público do mercado para seu entorno – em estruturas não regulamentadas e improvisadas; demolição de vários pontos comerciais; e a construção de um novo prédio de dois pavimentos. Parte desses pontos comerciais foi remanejada para as bordas do próprio terreno, outras locadas na Rua Dr. João Mata – entre a atual parte de trás do mercado e a estação ferroviária –, na Rua Heitor Gusmão – entre a parte da frente do mercado e a secretaria de transportes municipal – e na Praça Venâncio Neiva – conhecida como Praça da Caixa d'Água, ao lado do mercado.

Uma parte específica das barracas, lanchonetes e outras do gênero alimentício foi deslocada para o Center Lanche, e houve também aqueles que saíram da região central, espalhando-se pelos bairros da cidade. O Center Lanche foi criado, por iniciativa da prefeitura, como um espaço de lazer e praça de alimentação, locando as barracas de comercialização de comida e bebidas que antes ocupavam o terreno no mercado público. Na Rua Duque de Caxias, rua pública junto à BR-230 – principal via da cidade – e próxima ao mercado, foram então erguidas várias barracas que vieram a assumir o lugar de ponto de encontro para diversão enquanto o mercado passava por reformas.

Essa intervenção no mercado consistia em uma estratégia de ordenamento do espaço público, com melhoria da infraestrutura e saneamento, ampliação do espaço para locação de mais boxes, criação de uma praça de alimentação voltada ao entretenimento e lazer e setorização – setor de moda, alimentação etc. –, reconfigurando o local e as práticas lá existentes.

Tratava-se de um processo de embelezamento, setorização, segmentação e disciplinarização das práticas, voltado para possibilitar a intensificação do consumo, turismo e lazer para uma classe social mais abastarda. Uma estratégia para deixar um espaço “marginalizado” – caracterizado pela presença de práticas e pessoas moralmente condenáveis e socialmente rechaçadas, como consumo abusivo de substâncias psicoativas, ausência de trabalho formal e vínculos fragilizados, entre elas, pessoas em situação de rua –, mas “civilizado” (César, 13/11/2015).

O que se observou de imediato foi uma modificação considerável da paisagem, dinâmica e a configuração da região. Gradativamente, o Center Lanche foi sendo ocupado como moradia pelos trabalhadores das barracas e, posteriormente, agregando pessoas que viviam nas ruas, principalmente aquelas que foram deslocadas da região do mercado com o início de sua reforma. Logo, o Center Lanche também se tornou alvo de críticas e apelo ao poder público para sua “recuperação”. A aglomeração em espaço restrito, bem circunscrito e com localização junto à rodovia BR-230 proporcionou uma hipervisibilidade de suas presenças no centro da cidade. Uma visibilidade não só de seus corpos e práticas, mas também o que eles denunciavam: a ineficiência do poder público diante da desigualdade social.

Com isso, vieram mais demandas por intervenção. Em Requerimento nº 237/2009, do vereador Jonas Pequeno, encaminhado à presidência da Câmara, encontramos a percepção sobre o local e exigência de intervenção para “[...] recuperação do antigo ‘Center Lanche’ no centro da cidade, uma vez que o local se encontra em situação precária, servindo apenas de ponto para consumo de drogas por viciados” (Cabedelo, 2009). Desse modo, houve a retida forçada dos “barracos”, assim denominadas localmente as moradias feitas de forma improvisada, com materiais, recursos e saberes a que se tem acesso, e erguidas em terrenos que dificilmente teriam acesso via mercado imobiliário. Esses barracos proporcionavam não só abrigo para as pessoas como a possibilidade de se isolar e garantir privacidade para a vida íntima em meio a um espaço urbano aberto de circulação de pessoas.

Eram edificações construídas a partir da relação de pertencimento e familiaridade com o local, resguardados das hipervisibilidades que o centro propiciava. Uma possibilidade de materializar o íntimo – enquanto dimensão protegida da vida definida pelos pares, família e amigos – em

meio a vida pública, transformando-o em privado terreno também alheio. Um lugar situado entre o público e o privado. Tal projeto de “recuperação” pelo poder público foi concluído em 2011, com o calçamento da rua⁶, constituindo-se até os dias atuais em um espaço vazio para trânsito de pedestre.

Sem infraestrutura para a permanência, tornou-se um espaço arrasado, aquilo que Sennett (1988, p. 29) denomina de espaço público morto. Um espaço que não permite vinculação, intimidade e isolamento entre os iguais em meio ao público. Apenas de passagem, o local perderia sua qualidade de público na medida que não provoca o encontro e trocas entre heterogêneos (Leite, 2008). Essa ação aconteceu aos moldes daquilo que Lefebvre disse acerca dos projetos urbanísticos haussmariano em Paris do final do século XIX: “Os vazios têm um sentido: proclamam alto e forte a glória e o poder do Estado que os arranja, a violência que neles pode se desenrolar” (Lefebvre, 2001, p. 23).

Por contingência de tal evento, as pessoas tiveram que migrar para outros locais. Parte dessas pessoas passou a ocupar a Praça da Caixa d'Água, que já era ponto de pernoite de algumas pessoas que se encontravam em situação de rua. A sua localização estratégica junto ao mercado e estabelecimentos públicos fazia daquele um lugar de grande circulação de pessoas, sendo palco de vários eventos culturais, serviços públicos e manifestações políticas, assim como espaço voltado às atividades de descanso, lazer, entretenimento e ocupação do tempo livre para parte da população da região, especialmente por meio do jogo de dama ou simplesmente do ato de flunar.

Como parte dos boxes de venda e serviços se instalaram temporariamente nessa praça, havia a comercialização diversos produtos e serviços dispostos em seu espaço. A praça era, portanto, um lugar de estar, consumir e fazer político, atraindo transeuntes, moradores da vizinhança, trabalhadores e clientes do comércio local, pessoas em situação de rua e aqueles em busca de diversão em sociabilidades em torno da bebida alcoólica e outras substâncias psicoativas. Constituíam-se, assim, um espaço no qual

6 É possível observar em canais de comunicação a notícia desta obra, como no Blog Cabedelo em Foco, de 8 novembro de 2011, intitulado Obras em Cabedelo, e como diversas obras estão sendo executadas em Cabedelo, segundo secretário de comunicação Ramalho Pinto. Ver em: <http://cabedeloemfoco.blogspot.com/2011/11/>.

a diferença se encontrava, desempenhando aquilo que Leite (2008, p. 38) chama de “afirmação dialógica dos diferentes lugares e sociabilidades” que estruturavam a região, fazendo dela um espaço de apropriações díspares, de ambiguidades e contrastes de usos.

Vale salientar que em 2012 é então inaugurado oficialmente o mercado, recebendo da gestão municipal o nome de Shopping Público, como forma de ressignificar o lugar de mercado. Revelara-se uma tentativa de transição do espaço público para a adoção de um modelo de consumo que gerasse a ilusão de espaço compartilhado por meio da compra. No mundo contemporâneo, com suas construções funcionais para o comércio acelerado, como os “*shoppings*”, as relações tendem a ser mais restritas à circulação de mercadoria e consumidores, o que poderia gerar o esvaziamento desses sentidos mais complexos que caracterizavam as relações e práticas do mercado (Ibáñez, 2016). Assim, os espaços de circulação para os trabalhares informais, especialmente aqueles que viviam em situação tornaram-se mais restritos, concentrando-se na praça.

Com a intensificação de pessoas vivendo numa relação integral de trabalho, lazer e moradia, a praça também virou alvo de inúmeras queixas, como podemos ver no artigo publicado no portal *Renascer Notícias*⁷, em abril de 2012. O artigo, de título “População exige da câmara e prefeitura, resgate da Praça Venâncio Neiva, em Cabedelo”, traz a denúncia de “abandono do patrimônio público” e relatos de insatisfação dos moradores da região circunvizinha diante da presença de pessoas em práticas consideradas ilícitas e/ou moralmente condenáveis, exigindo do poder público o “resgate” do espaço.

Segundo alguns moradores que não quiseram se identificar, a Praça Venâncio Neiva [Pça. da Caixa D’água] está servindo para ponto de tráfico de drogas, motel e hotel público além de local onde ocorrem todas as formas de atos não convencionais à sociedade sem que ninguém tome nenhuma providência (*Renascer em Notícias*, abr. 2012).

7 O *blog* *Renascer em Notícias* foi removido da internet em 2024 e 2025, não sendo possível encontrar as reportagens que estavam até então disponíveis em: <http://renasceremnoticia.blogspot.com/2012/04/populacao-exige-da-camara-e-prefeitura.html> e <http://renasceremnoticia.blogspot.com/2012/04/camara-de-cabedelo-vai-debater.html>; ambos acessados em 30 de março de 2021.

Assim como o ocorrido no mercado e Center Lanche, logo a praça também foi alvo de políticas públicas de inibição e expulsão daqueles que viviam em situação de rua, associando tais presenças ao consumo de drogas, violência e criminalidade. É preciso lembrar que nessa época estava em curso grande visibilidade e debate nacional acerca da presença de pessoas vivendo nas ruas e sua relação com o consumo do *crack*, associada diretamente à degradação do espaço público, ao crime, violência e doenças, havendo, assim, um forte apelo social para remoção dessas pessoas da paisagem urbana. Nos anos seguintes, a Praça da Caixa d'Água e toda área entorno do mercado público permaneceram alvo de vigilância e controle por parte do poder público, com intervenções tanto pautadas na promoção da qualidade de vida dessas pessoas, por meio da atenção assistencial, saúde e cidadania, como, especialmente, medidas de segurança e higienização do espaço público, com constantes ações de repressão a partir de rondas e batidas policiais⁸.

Tendo a polícia o mandato de assegurar a ordem nos espaços públicos, tendo o ordenamento jurídico as atividades ligadas a determinadas substâncias psicoativas como ilícitas e tendo tantos consumidores problemáticos a rua como contexto privilegiado, os (des)encontros entre 'ordem' e 'desvio', entre 'lei' e 'crime' não são apenas inevitáveis – são frequentes e esperados de parte a parte (Fernandes, 2019, p. 27).

Essas batidas policiais geravam inúmeros constrangimentos, sendo as revistas percebidas como ato de humilhação e violência (Paz, 2016), que juntamente com podas de árvores – tirando-lhes as sombras –, fechamento de torneiras de acesso público, entre outras, atuavam como estratégias para evitar suas permanências no local. Por outro lado, havia também ações mais enfáticas de eliminação de tais presenças, como ameaças, prisões, encaminhamento para cidades de origem e internações em instituições

8 No auge dessa discussão a prefeitura solicitou apoio ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps AD), instituição localizada em frente à praça e no qual trabalhava na época, para remoção das pessoas, juntamente com a polícia e o Centro de Referência Especializada em Assistência Social (Creas). Estava como pauta a possibilidade de internação compulsória. O Caps AD decidiu não participar diretamente da ação de remoção, mas passou a oferecer na praça atividades de promoção de saúde, fortalecimento das redes de apoio, proteção e mobilização social por meio de oficinas terapêuticas, de educação, direitos, cidadania e cultura.

religiosas. Observa-se que tais ações não se restringiam a intervenções no espaço geográfico, mas, fundamentalmente, nos corpos dessas pessoas. Além disso, elas não visavam necessariamente proporcionar uma melhor qualidade de vida e usufruto do espaço às pessoas que lá estavam, mas à sua retirada.

Apesar de apresentarem percepções, meios e práticas distintas, esses projetos estariam fortemente arraigados na perspectiva tradicional de remoção desses corpos do espaço público como objetivo central, seja via negociações ou remoção forçada. Ambas as estratégias estariam alicerçadas em tecnologias de seleção, categorização, separação e imobilização específicas do Estado, produzindo alvos privilegiados de ação (Fonseca; Cardarello, 1999) diante de “mobilidades suspeitas”, de acordo com as condições materiais e políticas específicas de cada momento histórico particular (Weber; Bowling, 2008). E mais, assim como tempos atrás, elas estão alicerçadas na expulsão da população pobre das ruas, sob o discurso do combate à criminalidade e higienização do espaço urbano, num jogo de exclusão/inclusão a partir das lutas coletivas contra a exclusão social e dispositivos de criminalização da pobreza.

Isso porque a noção de um problema social urbano que precisa ser combatido, gerido e pretensamente impedido (Neves, 2010) a partir do reconhecimento da falta do Estado em garantir seus direitos – Estado em falta com a sociedade – se mantém alicerçado na percepção dessas pessoas como portadoras dos males sociais, e, portanto, corpos em falta com a sociedade. Sob essa perspectiva, eliminando-os se estaria eliminando o problema. De acordo com tal premissa e, em sequência, a Praça da Caixa d'Água também passou por uma reforma. Segundo uma arquiteta da Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação⁹, a intervenção estrutural na praça se iniciou em 2016, com a retirada dos boxes de venda e fechamento dos pilotis da caixa d'água, dando seguimento, em 2018, com obras de troca de calçamento e de bancos, ampliação de estacionamentos para atender ao comércio da região, pintura da estrutura da Caixa d'Água, paisagismo e intensificação da iluminação.

9 Conversa realizada em 26 de agosto de 2019, durante trabalho de campo em pesquisa etnográfica de doutorado. Para maiores informações sobre a pesquisa em questão, ver Paz (2024).

Essa reforma faria parte de um projeto mais amplo de requalificação das praças de Cabedelo, cujo objetivo seria possibilitar maior segurança e fazê-la ser frequentada pela população local, especialmente os moradores das áreas circunvizinhas. A praça, assim como ocorreu com o mercado, teve sua circulação amainada, e não se tornou um espaço arrasado como ocorreu com o Center Lanche. Entretanto, esta nada tinha a ver com a vida pulsante que a caracterizava em anos anteriores, restringindo-se aos fluxos de transeuntes, especialmente daqueles que estacionavam em seu perímetro. Em artigo do portal PBNEWS do dia 19 de abril de 2018, sob título “Prefeito entrega reforma da Praça Venâncio Neiva e realiza sonho antigo de moradores e comerciantes”, encontramos depoimentos de pessoas que corroborariam com os objetivos do projeto da reforma:

Essa reforma, em si, foi sensacional e vai revitalizar o nosso Centro. [...]. Principalmente porque o povo vai voltar a frequentar o espaço, com dignidade e tranquilidade, e esse fluxo também trará mais comerciantes. Espero que, após a reforma, a Prefeitura continue ocupando, trazendo segurança, limpeza e sua manutenção (Guedes *apud* Nailson Júnior, 2018).

Antes era uma bagunça aqui nessa Praça. Era barraca desmantelada, uma verdadeira sujeira (Carmo *apud* Nailson Júnior, 2018).

Podemos perceber, nas falas, a reivindicação por parte de uma população local, pelo ordenamento e higienização do espaço, caracterizado como “uma verdadeira sujeira”. Se anteriormente temos reivindicações para “recuperar” o espaço urbano e “resgatar” o poder do Estado sobre o local, numa tentativa de reapropriação do espaço pelo poder público para então devolver à determinada população, agora vemos a noção de “revitalização” do espaço. Ou seja, dar à praça uma nova vida, pois a que havia lá não era “digna” e “tranquila”. É interessante observar essa diferenciação da legitimidade de quais vidas e corpos poderiam ou não ocupar esse espaço público.

Nesse ponto se faz interessante apontar que a noção de público veio servindo, ao longo da história, para nomear um grupo específico de pessoas, ora referindo-se aos privilegiados – especificamente ao alto escalão do governo na Inglaterra de 1542 –, ora como elite – a partir da

relação público/plateia na França do século XVII –, vindo posteriormente à associar-se à noção de cosmopolita, aquele – geralmente o burguês – que se movimenta em meio à diversidade, em meio à estranheza e ao não familiar (Sennett, 1988). As praças e outros espaços públicos abertos foram se constituindo, mais que ornamento da paisagem urbana, construções e lugares materiais e simbólicos da estratificação cidadina que, ao convergir e propiciar o encontro do heterogêneo, fazem evidenciar as diferenças de interesses e desigualdades socioculturais entre classe, raça, gênero etc.

Portanto, esses espaços foram e são marcados por conflitos e disputas. A praça, mais do que outros, centralizariam e demarcariam a estrutura urbana de poder – religioso, econômico, político –, sua moral, normas e costumes, pautadas no patrimonialismo, racismo e sexismo (Ibáñez, 2016). Desse modo, como nos alerta Serpa (2007), as políticas públicas voltadas à melhoria dos espaços urbanos considerados “degradados” ou “em crise”, por meio da “revitalização” e “requalificação”, são voltadas para atender a uma classe média. Aquela que, pela memória herdada, teria supostamente perdido o poder sobre o espaço a partir da presença de uma outra população, não desejada por estarem associadas ao rompimento com suas regras, valores e moral. E, por isso, observa-se nessas reivindicações a irrupção de um ressentimento pela perda do espaço, ancoradas na memória de um tempo vindouro, em que suas aspirações dominavam o espaço e que tais pessoas e práticas “marginalizadas” não acessavam livremente.

Diante de mais uma ação de expulsão dos espaços públicos centrais, essas pessoas passaram paulatinamente a reocupar mais intensamente o mercado, voltando a concentrar e desenvolver suas atividades dentro desse estabelecimento e suas calçadas. O planejamento urbano oficial, que visava à aceleração da circulação das pessoas e do consumo de forma compartimentalizada, restringindo as interações daqueles de classe baixa, foi pouco a pouco retomando sua característica relacional de convívio, vinculação e cumplicidade entre os frequentadores e aqueles que viviam em situação de rua na região. Isso porque, para os setores populares, o lugar relacional acaba tendo preeminência sobre o da circulação acelerada dos espaços de consumo da cidade contemporânea (Ibáñez, 2016).

No interior destas, não há apenas situações de pobreza e marginalidade, mas também outros modos de vida que, à sua maneira, reinterpretam as relações e convivências e questionam os modelos de aceleração da circulação para o consumo padronizado: não escapam deste, mas pelo menos apresentam outras opções. [...]. Aí há algo que acontece, que resiste, que reconfigura (Ibáñez, 2016, p. 326).

Assim, paulatinamente, os antigos frequentadores passaram a revisitá-la, dividindo espaço com os novos agentes, engendrando uma nova circularidade pelo local e atuando na própria conformação do espaço e suas atividades, numa ação reflexiva entre o espaço urbano público e a espacialização de sociabilidades públicas. Podemos inferir que a retomada desses espaços pelos interlocutores se mostrou, além de subversivas ao planejamento urbano oficial, contra a ideia de higienização e enobrecimento, como capazes de produzir taticamente uma resignificação do espaço a partir de uma demarcação socioespacial da diferença. E mais, em um contexto de injustiça na distribuição dos bens e riquezas, associado à desigualdade de poder e de acesso a direitos, poderia revelar-se um de resistência táticas de ocupação da cidade diante de fortes relações de poder.

É preciso lembrar que essas pessoas que vivem e habitam as ruas, suas práticas e interesses, dificilmente têm lugar nos planejamentos públicos de ocupação do espaço urbano e tem a circulação e ocupação dos espaços da cidade de forma restrita. Elas necessitam construir taticamente para si lugares possíveis para habitar a partir do próprio corpo em ações cotidianas e discretas. Poderíamos pensar essa retomada como ato político, uma política do cotidiano?

[...] certos contra-usos podem contribuir para politizar ‘taticamente’ uma paisagem urbana também politizada ‘estrategicamente’ pela *gentrification*, para argumentar que a desapropriação de ‘sujeitos’ não reduz o sentido público do espaço urbano, mas pode representar uma reordenação da sua lógica interativa, a partir das apropriações (‘táticas’) dos espaços mediante a construção dos lugares (Leite, 2002, p. 122).

Para esse autor, o “contra-uso” seria “ações deliberadas de subversão prática e/ou simbólica dos usos esperados para os espaços enobrecidos”

(Leite, 2008, p. 40), a partir de práticas capazes de subverter os usos esperados de um espaço regulado. Nesse sentido, a presença de seus corpos não só politizaria o espaço, mas faria de seus corpos corpos políticos, a partir de: insurgências nos espaços públicos centrais; invenções e subversões dos usos prescritos das coisas (incluindo os espaços); resistências aos processos de expulsão; insistências em viver a centralidade e habitar a cidade; e em alguns casos, recusando a se submeter a temporalidades e normas das instituições destinadas aos seus corpos, muitas delas distantes do centro. Por sua vez, observa-se que essas estratégias de evitação, remoção e tentativa de expulsão e que irrompem no movimento cíclico de dispersão seguido de reapropriação do espaço público – expulsão/ocupação – vêm cronificando ainda mais o estado de vulnerabilidade dessas pessoas e as afastam da condição de vida digna nas ruas (Frangella, 2010).

E é por isso que se reconhece a necessidade de atenção social, cidadania e saúde nos locais de seu habitar. A insurgência, resistência e insistência de seus corpos em ocupar tais espaços centrais vêm impulsionando o poder público a investir esforços na oferta desses serviços nesses espaços. Em Cabedelo, ainda que precipitada pela pandemia, em janeiro de 2021, houve a mudança de endereço do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) para o centro da cidade, ocupando prédio histórico, assim como a Unidade de Acolhimento Adulto, ambos serviços do Sistema Único de Assistência Social (Suas), localizados bem próximo ao Mercado Público. No mesmo ano, houve a transferência da Unidade de Saúde da Família (USF) Palmeira para dentro do prédio do mercado público (Cabedelo, 2021), o que poderia significar melhor acesso à saúde dessa população. Provavelmente, uma resposta diante das inúmeras reivindicações daqueles que habitam as ruas do centro, impactos da pandemia no município e conjuntura logística. Talvez tenha iniciado um movimento processual de produção de dignidade para vidas nas ruas, aliando ocupação de prédios históricos e/ou públicos com atividades que realmente atendam à demanda local, daqueles que habitam o centro, entre eles, a própria população em situação de rua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que as memórias individuais e coletivas, sejam vividas, aprendidas e/ou transmitidas, sobre o centro da cidade de Cabedelo aparecem em disputa. Por sua vez, vêm acirrando conflitos no usufruto do espaço públicos centrais, engendrando um processo de expulsão, circularidade e reapropriação desses lugares por parte daqueles que vivem e habitam as ruas da região, e tendo o Estado e seu aparato de controle como regulador desse movimento ao longo dos anos. Cabe a esse Estado, por outro lado, conceber possibilidades mais respeitáveis e harmoniosas das diferenças no espaço urbano, e, para isso, pensar a cidade mais acolhedora, com o desenvolvimento de projetos de dignificação da vida nas ruas, com seus aportes sociais, saúde e cidadania, sem deixar de lado a preocupação estética, turística e comercial de seu espaço construído. Enquanto isso, as pessoas que habitam as ruas da região vêm colocando seu corpo em evidência, utilizando-se dos recursos do terreno e saberes à sua volta, num jogo de restrições e potência, para usufruir daquilo que centralidade pode oferecer e de acordo com seus interesses e necessidades.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução Maria Lúcia Pereira. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- BARRETO, Aníbal. *Fortificações no Brasil: resumo histórico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 25-69.
- BRASIL. Decreto nº 7053, 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, p. 16, Brasília, DF, 24 dez. 2009.
- CABEDELLO (PB). Câmara Municipal. *Requerimento nº 237/2009*. Requerente: Ver. Jonas Pequeno. Cabedelo, 20 out. 2009. Disponível em: <https://sapl.cabedelo.pb.leg>.

br/media/sapl/public/materialegislativa/2009/3735/requer_no_237__2009_-_ver._jonas_pequeno_-_recu_i0Bv5ch.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

CABEDELLO (PB). Secretaria de Comunicação. *Prefeitura de Cabedelo entrega nova USF no Mercado Municipal*. Cabedelo, 9 maio 2021. Disponível em: <https://cabedelo.pb.gov.br/prefeitura-de-cabedelo-entrega-nova-usf-no-mercado-municipal/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CARVALHO, Juliano Loureiro de. Do império marítimo ao proveito da terra, uma cultura territorial em mutação (Capitania da Paraíba, 1574-1654). *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 13-30, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/3554>. Acesso em: 17 nov. 2019.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRANGELLA, Simone Maziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2010.

FONSECA, C. e CARDARELLO, A. Direito dos mais e menos humanos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 83-122, maio 1999. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ha/v5n10/0104-7183-ha-5-10-0083.pdf Acesso em: 1º set. 2017.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. *Morpheus: revista eletrônica em ciências humanas*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 13, 2008.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*: parte I. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. (Coleção Pensamento humano).

IBÁÑEZ, Mario Rodriguez. Ressignificando a cidade colonial e extrativista: bem viver a partir de contextos urbanos. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 296-333.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2015.

LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 115-134, jun. 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/v6ync4yt8tMpKWYRrvTpR5p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 mar. 2020.

- LEITE, Rogério Proença. Localizando o espaço público: gentrification e cultura urbana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 83, p. 35-54, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.436>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/436>. Acesso em: 2 mar. 2020.
- MOLIÉ, Frédéric; VASCONCELOS, Flavia Nico. Evolução das relações entre cidades e portos: entre lógicas homogeneizantes e dinâmicas de diferenciação. *Dossiê Portos, Cidades e Regiões*, São Paulo, n. 15, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/7685>. Acesso em: 2 maio 2016.
- NAILSON JÚNIOR. Prefeito entrega reforma da Praça Venâncio Neiva e realiza sonho antigo de moradores e comerciantes. *pbnews*, João Pessoa, 19 abr. 2018. Disponível em: <https://pbnews.com.br/noticia/16170/prefeito-entrega-reforma-da-praca-venancio-neiva-e-realiza-sonho-antigo-de-moradores-e-comerciantes>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- PARK, Robert. A cidade sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.
- PAZ, Ana Carolina Amorim. *Entre “papudinhos” e “noiados”: uma etnografia sobre o cotidiano e sociabilidades em espaço de consumo de substâncias psicoativas na região de Cabedelo/PB*. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Ciências Aplicadas e Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- PAZ, Ana Carolina Amorim da. *“Fazer a vida” nas ruas do centro: das políticas de morte ao saber-fazer-viver e habitar a cidade*. 2024. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2024.
- PIMENTEL, Altimar. *Cabedelo*. João Pessoa: Gráfica São Mateus, 2015. v. 1.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- ROCHA, Ana Luiza; ECKERT, Cornélia. A cidade e suas crises, o patrimônio pelos viés da memória: por que e como preservar o passado? *Habitus*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 455-470, jan./jun. 2006.
- ROCHA, Solange Pereira da; GUIMARÃES, Matheus Silveira. O mundo do trabalho na sociedade escravocrata brasileira: um panorama sobre a Paraíba escravista. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e*

perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EdUEPB, 2015. p. 23-56.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos. *Revista LeTraEscreve*, Macapá, v. 7, n. 4, 2. sem. 2017.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

TAVARES, Fátima; BASSI, Francesca; CAROSO, Carlos. Patrimônio festivo, étnico e terapêutico: religiões afro-brasileiras e cultura quilombola. *Vivência: revista de antropologia*, Natal, n. 55, p. 52-77, 2020.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.

WEBER, Leanne; BOWLING, Benjamin. Valiant beggars and global vagabonds: Select, eject, imobilize. *Theoretical Criminology*, Los Angeles, v. 12, n. 3, p. 355-375, 2008.